

1 **ATA DA 439ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO**
2 **MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA OITO DE OUTUBRO DE DOIS**
3 **MIL E QUINZE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos oito dias do mês de outubro de dois mil e quinze, às quinze horas, no Auditório da Associação dos
5 Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), realizou-se a quadringentésima trigésima nona
6 Assembleia Geral Ordinária da entidade, presidida pelo prefeito de Rodeio, senhor Paulo Roberto Weiss e
7 secretariada por mim, Michele Prada. Estiveram presentes prefeitos, técnicos e demais convidados,
8 conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente da AMMVI agradeceu a
9 presença de todos e convidou o segundo vice-presidente da Associação e prefeito de Indaial, senhor
10 Sergio Almir dos Santos, para compor a mesa de trabalhos e, constatando quórum estatutário, deu início à
11 assembleia. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura
12 e votação da ata da assembleia anterior; 2 - Discussão sobre saúde pública, com a assessora técnica do
13 Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), Blenda Pereira; 3 - Saneamento
14 básico e resíduos sólidos; 4 - Centro de Operação do Sistema de Alerta da Bacia Hidrográfica do Rio
15 Itajaí-Açú (CEOPS), com o reitor da FURB, João Natel Pollonio Machado; 5 - Situação financeira dos
16 Municípios; 6 - Diálogo Municipalista – Encontro Regional; 7 - Assuntos gerais. O presidente apresentou
17 o item um, confirmando o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para
18 deliberação e, não havendo manifestação em contrário, o documento foi aprovado por unanimidade.
19 Após, o presidente progrediu para o segundo item em pauta, momento em que fez um relato das últimas
20 reuniões da AMMVI com os prefeitos, secretários municipais de Saúde e secretário de Estado da pasta
21 para cobrar medidas que acabem com o atraso do repasse de recursos financeiros aos municípios. Ele
22 destacou que no último levantamento feito, até julho deste ano, a dívida do Estado com os municípios da
23 região estava em R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais) e até o momento pouco foi
24 liquidado, ocorrendo novos atrasos. Em seguida, convidou para fazer explanação a assessora técnica do
25 Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), senhora Blenda Pereira, que falou
26 sobre o subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e se propôs a pensar conjuntamente com os
27 prefeitos estratégias para superar momento tão conturbado, pois será necessária uma articulação mais
28 incisiva. Ela primeiramente contextualizou o cenário e a caminhada histórica do SUS, ressaltando que
29 desde a Constituição Federal (CF) de mil novecentos e oitenta e oito os Municípios vêm assumindo novas
30 e recorrentes responsabilidades sem o devido acompanhamento das receitas. Conforme o Artigo 198 da
31 CF, o SUS será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do
32 Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. De um mil novecentos e oitenta e oito a dois
33 mil, a saúde pública enfrentou muitas crises financeiras por não haver percentual fixo de investimento da
34 União na área. No ano de dois mil foi aprovada a Emenda Constitucional nº 29, que fixou alguns
35 percentuais para Estados e Municípios e determinou uma metodologia de cálculo diferenciada para
36 União. Até a Lei Complementar nº 141 foram mais doze anos para regulamentar as fontes de
37 financiamento do SUS. A partir da Emenda Constitucional nº 86, observou-se que os Municípios tiveram
38 ainda maior prejuízo, pois a União não atinge o investimento em saúde que deveria, os Estados cumprem
39 o valor mínimo exigido por lei e os Municípios estão a cada dia aumentando o investimento na área,
40 chegando a índices muito superiores ao exigido. A aprovação da EC 86 ocasionou uma perda de seis
41 pontos percentuais em investimentos da União na saúde. Ela frisou que o investimento municipal na
42 saúde pública saiu de 20% em dois mil e dez chegando a 23% em dois mil e catorze. Considerando o
43 investimento por Ente federado, na área de saúde, em mil novecentos e noventa e três, a União era

44 comprometida com 72%, os Estados com 12% e os Municípios com 16%. Já em dois mil e treze, este
45 índice foi para 43% para União, 27% para Estados e 30% para Municípios. Diante disso, observa-se que
46 atualmente quem financia o SUS são os Estados e os Municípios, e nesta conta, principalmente os entes
47 municipais são os grandes financiadores. O Conasems alerta que os Municípios não têm mais como arcar
48 com qualquer recurso adicional na saúde, pois há décadas aplica acima do mínimo constitucional. O
49 levantamento apresentado pela senhora Blenda mostra que de dois mil e dez a dois mil e catorze a
50 somatória da aplicação adicional acima do limite constitucional ultrapassa R\$ 80.000.000.000,00 (oitenta
51 bilhões de reais), enquanto que nos Estados este valor chegou a R\$ 19.000.000.000,00 (dezenove bilhões
52 de reais), e a arrecadação deste é maior que a dos Municípios. Os dados mostram ainda que para o SUS
53 universal, integral e equânime, as três esferas de governo destinam por dia R\$ 2,90 (dois reais e noventa
54 centavos) por pessoa. Estes recursos se destinam a serviços de proteção, promoção e recuperação da
55 saúde. Os planos de saúde destinam por dia R\$ 7,72 (sete reais e setenta e dois centavos) por pessoa e são
56 beneficiados por isenções fiscais e empréstimos a juros subsidiados e sem a garantia plena de serviços.
57 Aqui fica evidente a capacidade do SUS de, mesmo com sua notória insuficiência de recursos, garantir a
58 oferta de serviços desde a atenção básica até a alta complexidade de forma integral com cobertura de toda
59 população brasileira. Conforme dados do Ministério da Saúde (MS), no ano passado foi empenhado R\$
60 92.200.000.000,00 (noventa e dois bilhões e duzentos milhões de reais), dos quais faltou ser pago o valor
61 de R\$ 3.800.000.000,00 (três bilhões e oitocentos milhões de reais). Este atraso ocasionou a falta de
62 pagamento nos seguintes grupos de despesas: R\$ 2.300.000.000,00 (dois bilhões e trezentos milhões de
63 reais) no incentivo de Média e Alta Complexidade (MAC); R\$ 651.000.000,00 (seiscentos e cinquenta e
64 um milhões de reais) no Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) / Programa Saúde da
65 Família (PSF); R\$ 76.000.000,00 (setenta e seis milhões de reais) na Farmácia Básica; R\$ 129.000.000,00
66 (cento e vinte e nove milhões de reais) na Farmácia Popular. A solução adotada para este atraso foi o
67 repasse destes recursos no início deste ano, porém tirados do orçamento de dois mil e quinze. Já neste
68 ano, o MS tem R\$ 101.800.000.000,00 (cento e um bilhões e oitocentos milhões de reais) no orçamento,
69 porém falta empenhar R\$ 5.900.000.000,00 (cinco bilhões e novecentos milhões de reais), prejudicando
70 novamente o MAC, Piso de Atenção Básica (PAB) Fixo, PACS-PSF, Farmácia Básica e Farmácia
71 Popular. É muito provável que se repita o procedimento adotado no final de dois mil e catorze: repassar o
72 valor projetado da insuficiência deste ano no início de dois mil e dezesseis, utilizando recursos do ano
73 seguinte. Já em dois mil e dezesseis se prevê que novamente vão faltar recursos, não sendo possível
74 manter o padrão dos gastos de dois mil e catorze, nem assumir a herança de dois mil e quinze, como
75 também deve ocorrer atraso nas transferências fundo a fundo para Estados e Municípios referente ao
76 último trimestre. Além disso, prevê-se impossibilidade de cumprimento da aplicação do valor integral das
77 emendas parlamentares impositivas, encerramento do programa Farmácia Popular, redução de 50% do
78 orçamento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e estagnação dos recursos para a Atenção Básica. A
79 projeção do valor da insuficiência para dois mil e dezesseis é muito elevada para repetir o procedimento
80 adotado em dois mil e catorze. Segundo a assessora, o quadro é ainda muito mais grave se considerarmos
81 que foi previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) a utilização de recursos oriundos de operação de
82 crédito para o financiamento parcial dos bilhões destinados para Ações e Serviços Públicos de Saúde
83 (ASPS). Diante disso, o grande número de ações e serviços prestados pelo SUS mostra seu evidente papel
84 de garantir a saúde dos brasileiros, no entanto, seu êxito já dá sinais de estagnação. O sub financiamento
85 do SUS retarda sua evolução e ameaça sua estabilidade, pois a regressão social retira cada vez mais
86 pessoas dos planos de saúde e as coloca no SUS, num momento crítico que este atravessa de maior

87 retração de recursos, o colapso do SUS colocará em risco a saúde dos brasileiros que dele dependem
88 diretamente e indiretamente. Este impacto negativo sobre a vida dos brasileiros será percebido com maior
89 evidência em dois mil e dezesseis, ano de eleição nos municípios. A assessora apresentou as propostas
90 que o Conasems vem difundindo, dentre elas fortalecer o Pacto Federativo, estimular e mobilizar
91 lideranças a atuarem junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional para reverter o processo de
92 desconstrução do SUS, garantir financiamento suficiente e estável para a saúde, efetivar o SUS como
93 política de Estado. Já na luta do Conselho em defesa do SUS está o combate à redução de recursos no
94 orçamento do Ministério da Saúde; a defesa de orçamento para financiamento das ações e serviços de
95 saúde para dois mil e dezesseis seja na ordem de R\$ 117.000.000.000,00 (cento e dezessete bilhões de
96 reais), destacando que este montante destina-se apenas a manutenção dos serviços existentes, sendo
97 insuficiente para ampliação e inauguração de novos serviços. Além disso, busca-se apoio para a
98 aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 01A/2015, que altera o piso mínimo a ser aplicado pela
99 União em ações e serviços de saúde, condicionada a criação de novas fontes exclusivas para o SUS e
00 defesa que as fontes próprias para a saúde sejam sempre de caráter progressivo. Esta PEC proporciona um
01 significativo aumento nos recursos para a saúde investidos pela União, sendo que em dois mil e dezesseis
02 a diferença entre a EC 86 e a PEC 01/2015 chega a R\$ 13.670.011.000,00 (treze bilhões, seiscentos e
03 setenta milhões e onze mil reais). Em dois mil e vinte, esta diferença ultrapassa R\$ 38.000.000.000,00
04 (trinta e oito bilhões de reais). Segundo ela, dentre as saídas possíveis para novas fontes do SUS estão:
05 criação de contribuição sobre movimentações financeiras; ampliação da alíquota da Contribuição Social
06 sobre o Lucro Líquido (CSLL); revisão da tributação sobre heranças (ITMCD); aprovação da taxaçoão
07 sobre grandes fortunas para a Seguridade Social, com percentual significativo para a saúde; revisão do
08 Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT)
09 para ampliar a destinação de recursos ao SUS; elevação da taxaçoão sobre os produtos derivados de tabaco,
10 sobre bebidas alcoólicas e sobre as empresas que importam, fabricam e montam motocicletas. Em
11 seguida, a secretária municipal de Saúde de Blumenau, senhora Maria Regina Soar, agradeceu a senhora
12 Blenda pelo aceite ao convite da Comissão Intergestores Regional (CIR), pois entende que é de suma
13 importância os prefeitos terem conhecimento da situação do SUS no Estado e no Brasil. Ela salientou
14 ainda que o repasse do Estado na maioria dos programas continua em atraso, principalmente na Atenção
15 Básica, Farmácia Básica e MAC, sendo que alguns pagamentos foram feitos em abril último e no MAC,
16 por exemplo, nenhum pagamento foi feito até o momento. Para tentar melhorar o cenário atual, a
17 secretário pediu o apoio dos prefeitos para, junto com os parlamentares, fortalecerem o movimento em
18 prol da aprovação da PEC 01A/2015. A senhora Maria Regina frisou que os municípios estão no limite
19 financeiro e sem condições de alocar mais recursos na saúde e pediu que os prefeitos se articulem, pois há
20 previsão de falta de repasses inclusive do governo federal. A previsão é que em breve os municípios
21 cessem alguns serviços na saúde e cause um colapso ainda maior. A assessora Blenda lembrou ainda que,
22 se for considerado o orçamento do Ministério da Saúde para o próximo ano, os recursos se esgotarão em
23 meados de setembro. O secretário executivo da AMMVI lembrou que estes tópicos já vêm sendo
24 cobrados do secretário de Estado da Saúde, senhor João Paulo Kleinübing, e que a Casa Civil também já
25 tem conhecimento. Diante disso, a AMMVI está tentando agendar uma reunião com Casa Civil e os
26 secretários de Estado da Saúde e Fazenda. O prefeito de Gaspar, senhor Pedro Celso Zuchi, reconheceu o
27 esforço de cada uma das entidades para melhorar a situação atual, porém frisou que a demanda é
28 crescente e sempre será, pois é um processo natural do ser humano. O prefeito falou ainda que precisa
29 melhorar a conscientização da população sobre o SUS, pois é grande o número de ausência nas consultas

30 e não retirada de exames, pois têm alguns municípios que o número de falta em consultas chega a 54%. O
31 prefeito de Rio dos Cedros, senhor Fernando Tomaselli, disse que a mobilização com as esferas de
32 governo e Congresso Nacional é importante, porém deve-se mudar a estrutura, pois se criou um estado de
33 direitos pleno com recursos limitados. O prefeito de Blumenau, senhor Napoleão Bernardes Neto,
34 mencionou que a população recebe as notícias a respeito de crise e tem percebido na imprensa todo o
35 movimento da economia, mas, segundo ele, realmente sente o reflexo das decisões quando são
36 diretamente atingidos pela escassez ou ausência de alguns serviços. E nisso, os prefeitos estão na metade
37 do caminho e sofrerão diretamente as críticas. Diante disso, o prefeito de Blumenau reforçou a
38 necessidade de um discurso coletivo e esclarecimentos à imprensa e à comunidade sobre a crise financeira
39 dos municípios. Para tanto, o prefeito Bernardes sugeriu um encontro de trabalho com prefeitos,
40 Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori), Associação Catarinense de Emissoras de
41 Rádio e Televisão (Acaert) e imprensa local para demonstrar que esta não é uma questão pontual e sim
42 tem como plano de fundo um conteúdo muito sério e preocupante, com consequências muito mais graves
43 do que se está sendo previsto. Além disso, o prefeito de Blumenau sugeriu sensibilizar o Fórum
44 Parlamentar Catarinense para uma reunião na AMMVI e apresentar a realidade dos municípios, propondo
45 também um trabalho preventivo da AMMVI com o Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), pois,
46 se continuar neste ritmo, a análise da Corte catarinense deverá ser diferente. O presidente da AMMVI
47 disse que o trabalho de articulação e sensibilização com o Estado já vem sendo. Novas iniciativas nesta
48 área serão tomadas e pediu a parceria dos prefeitos quando da realização de encontros e reuniões. A
49 senhora Blenda fez o encerramento de sua apresentação agradecendo o convite e colocando o Conasems à
50 disposição para tratativas futuras. Em prosseguimento, no terceiro item, a assessora de Saneamento e
51 Meio Ambiente da AMMVI, senhorita Simone Gomes, falou do IV Seminário de Extensão Cidadania
52 pela Água na Bacia do Itajaí, realizado no dia seis de outubro, na AMMVI, em que propiciou espaço de
53 discussão sobre os resultados do projeto de Extensão do 5º "Monitoramento dos Termos de Ajustamento
54 de Conduta do Saneamento" realizado em convênio de Cooperação Técnica entre o Ministério Público
55 Estadual e a Universidade Regional de Blumenau (Furb), no âmbito da Promotoria Regional de
56 Blumenau. Neste seminário estavam presentes todos os municípios da região. Ela avisou que o promotor
57 Leonardo Todeschini solicitará relatório anual de cumprimento das ações referentes ao TAC. No
58 monitoramento do TAC realizado pela Furb quase todos os municípios estão com boa pontuação, mas
59 duas cláusulas ainda estão deficientes. Nesse sentido, ela sugere o agendamento de uma reunião com a
60 Funasa para esclarecimentos, embora a AMMVI já tenha enviado muitos ofícios pedindo explicações a
61 respeito. Conforme a assessora, há outras cláusulas que cabem ações da AMMVI, sendo que uma delas é
62 o diagnóstico de fossa-filtro no município, cujo projeto piloto já foi aplicado em Benedito Novo e em
63 breve será possível visualizar os resultados preliminares do diagnóstico e verificar como se dará o
64 andamento nos demais municípios. Outra questão citada pela senhorita Simone é referente a campanha de
65 esgotamento sanitário que está sendo replicada nos municípios, alguns dos quais ainda não estão
66 divulgando e, portanto, é relevante um maior esforço nesse sentido. Por último, foi comentado com
67 relação a revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico. A AMMVI já realizou algumas reuniões
68 com a Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do
69 Médio Vale do Itajaí (Agir) para pontuar o que será importante acrescentar e melhorar no plano. A
70 Associação encaminhará através de ofício as datas e o que será realizado com relação aos Planos. Para
71 complementar, ela alertou que os Municípios devem deixar previsão orçamentária para ações de
72 saneamento básico, em especial esgotamento sanitário. A assessora divulgou ainda o Seminário

73 Diagnóstico Socioambiental: elaboração e implantação, a ser realizado no dia quinze de outubro do
74 corrente, no auditório da AMMVI e é um oportuno momento para a participação dos prefeitos e
75 secretários municipais com vistas à discussão da delimitação de áreas urbanas consolidadas. Além disso,
76 no evento será debatido sobre as áreas de interesse ecológico relevante e áreas de risco, possibilitando o
77 fornecimento de subsídios técnicos para a tomada de decisão administrativa ou judicial acerca das
78 medidas alternativas a serem adotadas. Neste assunto, o secretário executivo da AMMVI lembrou a
79 importância de aprofundar o conhecimento sobre o diagnóstico socioambiental, acompanhar a execução
80 dos prazos dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), como também a inclusão de recursos para a
81 área de Saneamento no orçamento do Município. Em continuidade na pauta, o reitor da Furb, senhor João
82 Natel Pollonio Machado, explicou que o Centro de Operações do Sistema de Alerta da Bacia do Itajaí
83 (Ceops) gerencia a operacionalização da rede de monitoramento hidrometeorológico na Bacia
84 Hidrográfica do Rio Itajaí, que possui dezessete estações instaladas, mas o alcance das informações se
85 estende por todo o Vale do Itajaí - cerca de um milhão de habitantes. Na versão atual, a tecnologia de
86 transmissão dos dados permite que dados de chuva e nível de rio sejam transmitidos de hora em hora ao
87 Ceops via rede de telefonia móvel. O reitor salientou que a Universidade remunera os professores e os
88 técnicos administrativos para a execução do trabalho do Ceops, porém está enfrentando dificuldades na
89 manutenção do serviço, uma vez que há custos com serviços de terceiros necessários para manutenção
90 emergencial e preventiva das estações telemétricas e manutenção do sistema de difusão das informações
91 do sistema de alerta. Diante disso, o reitor solicitou o repasse de recursos financeiros objetivando o
92 auxílio na manutenção da rede de monitoramento hidrometeorológico da bacia hidrográfica do rio Itajaí e
93 auxílio no custeio do serviço de terceiros (pessoa jurídica) e do material permanente. O professor da Furb
94 e coordenador do Ceops, senhor Dirceu Luis Severo, disse que o Ceops monitora o nível do rio e da
95 chuva, o que é um pouco diferente do que tem sido feito pela Defesa Civil de Santa Catarina, que
96 monitora a quantidade prevista dos níveis de chuva. Segundo ele, as inundações devem ser previstas pela
97 chuva efetiva e não por previsão de precipitação, logo, em muitos casos, o monitoramento do Estado não
98 sustenta a tomada de decisão nos municípios. Para ele, é relevante monitorar o nível dos rios da Bacia do
99 Itajaí para ter certeza em caso de inundações e, para tanto, é imprescindível uma rede de monitoramento
:00 hidrometeorológico. Conforme o professor, a última atualização do sistema do Ceops foi em dois mil e
:01 sete, cuja implantação foi concluída em dois mil e dez. Desde então, como já cinco anos foram
:02 transcorridos, os equipamentos começaram a apresentar problemas e é necessária a manutenção
:03 preventiva, passando-se por todas as estações periodicamente e arrumar os danos causados pelo desgaste
:04 natural das peças. O professor apresentou algumas tabelas de custos da rede de monitoramento e propôs
:05 que no objeto do convênio fique estabelecido o repasse pela AMMVI para Furb do valor R\$ 5.000,00
:06 (cinco mil reais) mês, no período de vigência do convênio. O prefeito Bernardes Neto deu o depoimento
:07 que, durante sua gestão, já houve três episódios de enchente no município e o Ceops, de fato, deu suporte
:08 para tomada de decisão. Consoante o prefeito, o conhecimento e a prática do Ceops são imprescindíveis
:09 para as defesas civis municipais, pois os relatórios geram análises confiantes sobre a medição e o nível do
:10 rio. Além disso, o coordenador do Ceops explicou que o órgão cria cenários para cada uma das situações,
:11 simulando o nível do rio conforme a previsão de precipitação. Os prefeitos aprovaram o repasse ao Ceops
:12 de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês, durante seis meses e buscar auxílio para manutenção com
:13 outras instituições que são contempladas pelos serviços da rede de monitoramento, tais como Governo do
:14 Estado, Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi) e Associação dos Municípios da
:15 Região da Foz do Rio Itajaí (Amfri). Prosseguindo a reunião, o secretário executivo da AMMVI avisou

16 que a estimativa do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para o último trimestre do ano ainda
17 não foi divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Conforme a previsão anterior, há
18 expectativa de aumento do FPM, porém isso já tinha sido apontado em setembro e aconteceu o contrário.
19 No cenário, observa-se ainda a queda do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que
20 não deve reagir nos próximos meses. Segundo o senhor Corrêa, o contexto está muito aquém do que o
21 necessário para equilibrar as contas até o final do exercício. Tem-se ainda os gastos com pessoal e o
22 equilíbrio da folha de pagamento, onde os municípios também estão encontrando sérias dificuldades.
23 Além disso, o TCE divulgou as Instruções Normativas nº 19 e nº 20 que devem atingir fortemente as
24 administrações municipais: uma vai refletir nos critérios para emissão das certidões e outra cobrança se
25 refere ao relatório de gestão e ao relatório de controle interno, o que poderá exigir demanda de pessoal
26 para cumprir com os relatórios. Outra mudança é a orientação de que o cargo de controlador interno
27 deverá ser efetivo e ocupado por um agente concursado. Em continuidade, o secretário executivo da
28 AMMVI falou do evento Diálogo Municipalista – Encontros Regionais, a ser realizado nos dias treze e
29 catorze de outubro, no Centro de Eventos da Associação Catarinense de Medicina, em Florianópolis. O
30 evento é uma promoção da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e objetiva valorizar a realidade
31 de cada região e encontrar caminhos para a atual crise Federativa que o Brasil vive. A CNM quer
32 construir mecanismos que possibilitem a partilha igualitária dos recursos arrecadados e novos modelos de
33 gestão para desenvolver e aprimorar a administração em todos os municípios. No encontro, será tratado
34 sobre judicialização da saúde, pacto federativo, educação, finanças, marco regulatório e demais assuntos.
35 Em assuntos gerais, o primeiro vice-presidente da AMMVI e prefeito de Rio dos Cedros, Fernando
36 Tomaselli, assumiu o comando da reunião em substituição ao presidente que precisou se ausentar em
37 virtude de um compromisso em Rodeio. Tomaselli comunicou que o governador Colombo anunciou em
38 seu perfil numa rede social online que o Governo do Estado vai disponibilizar recursos para
39 financiamento aos municípios e sugeriu que os prefeitos verifiquem a informação. O prefeito de Gaspar
40 falou do Projeto de Lei nº 49/2015, de Gaspar, que propõe a criação do serviço de assistência jurídica
41 integral ao prefeito, vice-prefeito, vereadores e secretários municipais que responderem ações judiciais
42 referentes a iniciativas tomadas no exercício do cargo. Pela proposta, a defesa poderá ser feita pela
43 Procuradoria do Município. Porém, caso o órgão alegue motivos como excesso de trabalho ou limites de
44 conhecimentos técnicos em certa especialidade jurídica, a defesa do agente político poderá ser feita por
45 advogados terceirizados contratados pelo poder público. O direito também contemplaria agentes que já
46 deixaram o cargo, como ex-prefeitos e ex-secretários. O prefeito Zuchi afirmou que a ideia do projeto se
47 baseia em exemplos de outras cidades e também da União, que possui a Advocacia Geral desde mil
48 novecentos e noventa e cinco para prestar serviço de defesa de gestores públicos. Segundo ele, em boa
49 parte dos casos os advogados que integram a Procuradoria do Município poderiam fazer uma defesa
50 melhor dos agentes por acompanharem os casos mais de perto dentro da prefeitura. Na visão do senhor
51 Zuchi, a contratação de advogados terceirizados seria pouco usada, já que a maior parte das ações seria
52 sobre assuntos corriqueiros. Zuchi ressalta o fato de que se o servidor for condenado precisará ressarcir os
53 cofres públicos. Ele sugeriu que este caso seja analisado pela AMMVI e proposto aos demais municípios.
54 Em assuntos gerais, o prefeito de Blumenau sugeriu que a Associação oficialize ao governador o pedido
55 pela ativação do serviço de resgate aeromédico especializado por meio da aeronave Arcanjo 03, em
56 Blumenau. A permanência do serviço com aeronave pré-configurada exclusivamente para salvamentos,
57 resgates e suporte avançado à vida, com equipe especializada, é de extrema relevância para a região do
58 Vale do Itajaí que, cortada pela rodovia BR-470, tem cotidianamente vivido a perda irreparável de vidas

59 em virtude da carência dessa modalidade de serviço e dificuldades na mobilidade urbana, impedindo
60 rápido deslocamento das equipes de salvamento. Diante da operacionalização temporária do serviço de
61 resgate aeromédico do helicóptero Arcanjo 03 em Blumenau, do significativo número de vidas já salvas e
62 do tempo-resposta otimizado em relação ao atendimento tradicional, os prefeitos reunidos em Assembleia
63 deliberaram pelo pleito em prol da permanência, em caráter definitivo, da referida aeronave na base de
64 Blumenau, com cobertura para o Vale do Itajaí e litoral norte do estado, garantindo o pronto atendimento
65 à população nas mais diversas emergências e abrangendo cerca de um milhão de habitantes. O prefeito de
66 Blumenau disse que a prefeitura já tem convênio com o Corpo de Bombeiros, o que também facilita este
67 processo. Os prefeitos aprovaram a proposição e o documento será elaborado pela AMMVI. Em seguida,
68 os prefeitos aprovaram a aquisição de veículos para compor a frota da Associação, inclusive com análise
69 de viabilidade de doação em pagamento dos atuais veículos que se mostrarem inservíveis. Além disso, o
70 secretário executivo da AMMVI falou das próximas agendas, dentre elas o Seminário Diagnóstico
71 Socioambiental: elaboração e implantação, a realizar-se no dia quinze de outubro, na sede da entidade,
72 com a participação do Ministério Público. Este evento objetiva demonstrar a elaboração e implantação do
73 diagnóstico socioambiental visando à delimitação de áreas urbanas consolidadas, das áreas de interesse
74 ecológico relevante e áreas de risco, possibilitando o fornecimento de subsídios técnicos para a tomada de
75 decisão administrativa ou judicial acerca das medidas alternativas a serem adotadas. Já no dia dezesseis,
76 os prefeitos confirmaram a aprovação pela realização do Encontro de Prefeitos para analisar o panorama
77 atual e propor medidas de enfrentamento à crise. Neste, o horário será definido e os prefeitos comunicados
78 em breve. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da AMMVI encerrou a assembleia,
79 agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Michele Prada, lavrei a presente ata que, depois de
80 lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor secretário executivo da
81 AMMVI.



Paulo Roberto Weiss
Presidente da AMMVI
Prefeito de Rodeio



José Rafael Corrêa
Secretário Executivo da AMMVI



Michele Prada
Assessora de Comunicação Social da AMMVI

82
83